

RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.487 - PR (2013/0293093-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : VALMIR KOWALEWSKI DE SOUZA
ADVOGADO : GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK E OUTRO(S) - PR025334

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão publicado na vigência do CPC de 1973 assim ementado (e-STJ, fl. 127):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR CIVIL. DIFERENÇAS SALARIAIS. EQUIPARAÇÃO ENTRE JORNADAS. MÉDICO VETERINÁRIO. PRESCRIÇÃO. NÃO-VERIFICAÇÃO DO FENÔMENO EXTINTIVO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DÉBITO.

1. A prévia provocação administrativa, em que a seara extrajudicial houve por bem reconhecer o direito da parte autora, sem realizar, todavia, o competente aporte de valores ao servidor, constitui-se em promessa de pagamento em razão de direito reconhecido, hábil à suspensão do lustro prescricional até o momento temporal em que aqueles sejam alcançados, de acordo com a inteligência dos artigos 1º e 4º do Decreto 20.910/1932.

2. Reconhecida a procedência do pedido naquela esfera, impõe-se condenação da União ao pagamento dos valores devidos, com o respectivo desconto das parcelas eventualmente já alcançadas à parte-autora e os consequentes consectários legais pertinentes.

Os embargos de declaração foram parcialmente providos na parte conhecida (e-STJ, fls. 163-170).

Alega a insurgente, em preliminar: a) a incompetência da Justiça Federal, uma vez que os vínculos do recorrido eram regidos pela CLT, de modo que a competência seria da Justiça Trabalhista; b) a falta de interesse de agir, por não ter havido resistência da administração, posto que este ente estaria estudando a possibilidade de conceder voluntariamente o direito pleiteado nos autos; c) a impossibilidade jurídica do pedido, por ofensa aos arts. 37, X, 61, § 1º, e 169, I, da Constituição Federal.

Sustenta, ainda, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto nos arts. 535, I e II, do CPC/1973; 5º, XXXIV, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal. No ponto, defende a incidência da Súmula 98/STJ.

No mérito, alega, inicialmente, a ocorrência de prescrição da pretensão autoral, ao argumento de que o direito pleiteado havia sido deferido administrativamente, em setembro de 1994, por despacho do Ministro da

Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, enquanto a ação somente veio a ser ajuizada 10 (dez) anos depois. No aspecto, aponta contrariedade aos arts. 1º e 2º do Decreto n. 20.910/1932; 3º do Decreto n. 4.597/1942; 112 da Lei n. 8.112/1990; e 172, V, do Código Civil.

Quanto à matéria de fundo, faz referência aos arts. 7º e 8º do Decreto-Lei n. 2.114/1984; 18 do Decreto n. 72.493/1973; 3º da Lei n. 6.185/1974; 14 do Decreto-Lei n. 1.445/1976; 8º do Decreto-Lei n. 1.525/1977; 19, 67, 100 e 244 da Lei n. 8.112/1990; 4º da Lei n. 8.216/1991; e 1º da Lei n. 9.436/1997.

É mencionado ainda suposta afronta ao princípio da isonomia.

Defende, outrossim, a aplicação do art. 1º, § 2º, da Lei n. 6.899/1981 em relação à correção monetária, sob pena de ofensa a essa norma. Ainda acerca da correção monetária, sustenta a aplicação dos índices previstos nos arts. 3º e 8º da Medida Provisória n. 1.053/1995 e 10 da Lei n. 8.880/1994.

No que tange aos juros de mora, aduz a aplicabilidade imediata do disposto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009.

Com respeito aos honorários, são feitas referências aos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/1973, a fim de requerer que sejam estabelecidos de forma equitativa.

Por fim, é mencionado o art. 16-A da Lei n. 10.887/2004, em defesa da dedução de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre a eventual condenação.

Contrarrazões às e-STJ fls. 207-222, propugnando pelo não conhecimento do recurso, por ser a matéria debatida no recurso estranha à discutida nos autos, ou, caso conhecido, que a ele seja negado provimento.

É o relatório.

Inicialmente, referente à alegada violação do art. 535 do CPC/1973, verifico que a insurgente não logrou êxito em demonstrar objetivamente os pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

É fundamental que a parte interessada desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios, bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua importância para o deslinde da causa não supre a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a aplicação da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

No aspecto:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Relativamente à prescrição, o Tribunal de origem afastou essa prejudicial de mérito pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 123):

Com efeito, em 31/10/1990, foi protocolado requerimento administrativo pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, postulando o pagamento da parcelas objeto desta ação, de forma que ocorreu a suspensão do prazo prescricional, nos termos do art. 4º do D 20.910/1932, até o último ato do Processo Administrativo 21000.007788/90-11.

Em 30/9/1994 foi publicada a decisão final favorável à Sociedade Brasileira

Superior Tribunal de Justiça

de Medicina Veterinária no aludido processo administrativo, comprometendo-se a Administração a quitar o débito na via administrativa, o que não ocorreu até o momento, sendo realizados apenas pagamentos parciais.

Dessa forma, até o ajuizamento da presente ação, o prazo prescricional permaneceu suspenso, diante do reconhecimento do direito da parte autora e da promessa de pagamento administrativo dos valores, consoante artigo 4º do Decreto 20.910/1932.

Assim, restaram prescritas somente as parcelas anteriores a 31/10/1985, correspondente ao quinquênio anterior ao protocolo do requerimento na via administrativa, uma vez que a hipótese não é a de contagem do termo do prazo prescricional a partir do ajuizamento dessa ação, dada a inteligência que se extrai da leitura conjunta desses dois dispositivos.

Da análise das razões recursais, observa-se que, em momento algum, a União impugna o argumento do acórdão pelo qual a administração teria se comprometido a quitar o débito na via administrativa, de modo que o prazo prescricional estaria suspenso, nos moldes do art. 4º do Decreto n. 20.910/1932.

A não contestação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DETRAN/PE. DEFICIENTE FÍSICO. ALTERAÇÃO DA LEI QUE CONSIDERAVA O CANDIDATO COMO DEFICIENTE, DURANTE O CONCURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA FÍSICA RECONHECIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 12/02/2016, contra decisão publicada em 02/02/2016.

II. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"). No caso, a parte recorrente deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que "a junta médica do certame em apreço aplicou a literalidade do supracitado Decreto 5296/04, o qual não estava em vigor na data da publicação do edital do certame em questão, entendendo pela desclassificação do candidato ora apelante por considerar que a sua surdez bilateral não se enquadrava na previsão de deficiência auditiva". Incidência da Súmula 283/STF.

III. Ademais, tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de perda

auditiva bilateral, suficiente a enquadrar o autor como deficiente auditivo, nos termos da lei, aferir a existência da perda auditiva, em Recurso Especial, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.504.904/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016 - grifos acrescidos)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. SOFTWARE DE PRATELEIRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. Conforme entendimento sedimentado na Súmula 283 do STF, não se conhece de recurso especial quando inexistente impugnação específica a fundamento autônomo adotado pelo órgão judicial *a quo*.

3. Por força das Súmulas 282 e 284 do STF, não se conhece de recurso especial quando o dispositivo legal tido por violado, além de não ter correlação com a matéria julgada, não está prequestionado.

4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

5. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal, com base no acervo probatório, decidiu pela não incidência do IRRF em razão de a parte autora ter adquirido o software comercial "de prateleira", situação que afastaria o pagamento de direitos autorais/*royalties*, não sendo possível o reexame na via do especial.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.641.775/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018)

No que se refere aos juros moratórios, merece reparo o aresto impugnado, haja vista ser assente nesta Corte o entendimento de que as alterações do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, introduzidas pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001 e pela Lei n. 11.960/2009, têm aplicação imediata aos processos em curso, por tratar-se de uma norma de natureza processual.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. VERBA

REMUNERATÓRIA DEVIDA A SERVIDOR PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICA NÃO TRIBUTÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97, COM REDAÇÃO DADA PELA MP N. 2.180-35/2001. APLICABILIDADE IMEDIATA. RE N. 655.540/DF (TEMA N. 435/STF) E RESP N. 1.205.946/SP (TEMAS N. 491 E 492/STJ). TAXA APLICÁVEL. OMISSÃO CARACTERIZADA. PERCENTUAL DE 1% AO MÊS ATÉ O ADVENTO DA MP N. 2.180-35/2001 E PERCENTUAL DE 0,5 % AO MÊS ATÉ O ADVENTO DA LEI Nº 11.960/2009. TESE FIXADA NO RESP Nº 1.492.221/PR (TEMA 905/STJ). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Os embargos de declaração representam recurso de fundamentação vinculada ao saneamento de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não se prestando, contudo, ao mero reexame da causa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 655.540/DF, "reconheceu a repercussão geral do tema em debate e reafirmou a sua jurisprudência no sentido de que o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com alteração dada pela Medida Provisória 2.180-35/2001, tem aplicabilidade imediata, independentemente da data de ajuizamento da ação", e que "do mesmo modo, o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, possui incidência imediata".

3. A Corte Especial deste Tribunal Superior, na sessão de 19 de outubro de 2011, nos autos do Recurso Especial n. 1.205.946/SP, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, fixou a tese de que os juros de mora são consectários legais da condenação principal e possuem natureza eminentemente processual, razão pela qual as alterações do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzidas pela Medida Provisória n. 2.180-35/01 e pela Lei n. 11.960/09, têm aplicação imediata aos processos em curso, com base no princípio *tempus regit actum*, observada a sua irretroatividade.

4. A Primeira Seção deste Tribunal Superior, ao julgar o REsp n. 1.492.221/PR (Tema 905), fixou as seguintes teses para fins de juros moratórios sobre condenações da Fazenda Pública decorrentes de relações jurídicas não tributárias e relativas a verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos: (a) percentual de 1% ao mês (capitalização simples), nos termos do art. 3º do Decreto n. 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que acresceu o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei n. 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei n. 9.494/97; e, após, (c) em correspondência com os juros aplicados à caderneta de poupança, consoante a regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09.

4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes para dar parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

(EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.192.100/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/2/2019, DJe 13/2/2019)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. JUROS DE MORA. FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA MP N. 2.180-35/2001 E PELA LEI N. 11.960/2009. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que os juros de mora possuem natureza processual, razão pela qual as alterações do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, introduzidas pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001 e pela Lei n. 11.960/2009, têm aplicação imediata aos processos em curso.

2. Agravo desprovido.

(AgInt no REsp 1.111.422/SC, Rel. Min. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 13/11/2018)

Sobre os demais fundamentos recursais, verifica-se que a Corte de origem não se manifestou sobre nenhum dos preceitos normativos tidos por malferidos e as teses a eles vinculadas, o que atrai a incidência da orientação firmada nas Súmulas 282/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada") e 211/STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*").

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe provimento para estabelecer a aplicação da taxa de juros prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, a partir da vigência deste dispositivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator